



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

RESPOSTA

AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº: 011/2022 - PPP PARA EQUIPAGEM E SERVIÇOS DE BATA BRANCA E BATA CINZA DO HOSPITAL DE URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS DE RONDÔNIA - HEURO.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 0036.095501/2022-72

INTERESSADO: Secretaria de Estado da Saúde - SESAU

OBJETO: Parceria Público-Privada na modalidade concessão administrativa para equipagem e prestação de serviços de bata branca e bata cinza do hospital de urgências e emergências de Rondônia - HEURO, mediante critério de MENOR PREÇO DA CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL a ser paga pelo PODER CONCEDENTE à futura CONCESSIONÁRIA.

Trata o presente de resposta ao Pedido de Esclarecimento encaminhado eletronicamente por empresa interessada a esta Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL/RO, que o submeteu à unidade gestora para análise e manifestação, visto que se trata de assunto de ordem técnica e/ou de execução do contrato, relativo ao Edital da CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 11/2022/CEL/SUPEL/RO, a qual se manifestou nos seguintes termos:

I - DOS QUESTIONAMENTOS APRESENTADOS E DA MANIFESTAÇÃO DA UNIDADE GESTORA

A) EDITAL DE CONCESSÃO

6.4. Segundo o art. 17 da Lei 8.987/95, deve ser considerada "desclassificada a proposta que, para sua viabilização, necessite de vantagens ou subsídios que não estejam previamente autorizados em lei e à disposição de todos os concorrentes". Entidades classificadas como Organizações Sociais podem ser sujeitas a benefícios de ordem trabalhista ou tributária que as garantam vantagens competitivas no certame.

Considerando a vedação de que trata o dispositivo da Lei de Concessões, entende-se ser vedado que eventuais propostas comerciais apresentadas por Organizações Sociais considerem benefícios de qualquer natureza em sua formulação. Este entendimento está correto?

Manifestação da Unidade Gestora: O item 6.4 do Edital determina que as propostas a serem ofertadas não considerem eventuais e futuras vantagens a serem ofertadas ao futuro contratado.

Ele não se refere ao regime jurídico a que se submetem atualmente os eventuais licitantes, que ingressarão ao torneio licitatório observando todo o regramento incidente sobre seu regular funcionamento.

6.9. O item 6.9. do Edital prevê que o VCM poderá sofrer alterações "em razão de alterações das condições que ensejaram a celebração do CONTRATO, como fruto da modificação do contexto, tendo em vista o longo prazo contratual, preservando-se sempre, em qualquer hipótese, o interesse público (...)".

A disciplina legal aplicável prevê que as condições econômico-financeiras e monetárias do Contrato só podem ser alteradas com a prévia concordância do contratado (art. 58, §1º, da Lei 8.666/1993), e as que alterações unilaterais passíveis de realização pelo Estado fora deste âmbito devem ser acompanhadas de revisão manter o equilíbrio econômico-financeiro contratual (art. 58, §2º, da Lei 8.666/1993, e art. 9º, §4º da Lei 8.987/1995).

Assim, diante da disciplina legal sobre o tema, estamos entendendo que o item 6.9 do Edital significa que o Estado só poderá alterar o Contrato de forma unilateral, por eventual modificação de contexto, caso tal alteração seja referente às cláusulas regulamentares e seja acompanhada do reequilíbrio econômico-financeiro exigido pela legislação, sendo necessário que o Estado chegue a um acordo bilateral com a Concessionária para alteração de cláusulas econômico-financeiras e monetárias. Nosso entendimento está correto?

Manifestação da Unidade Gestora: Sim, o entendimento está correto.

7.4 e 7.4.2. O item 7.4 do Edital estabelece que a CEL deverá avaliar a exequibilidade da PROPOSTA COMERCIAL apresentada por LICITANTE, e o item 7.4.2 recomenda à LICITANTE anexar à PROPOSTA COMERCIAL "elementos que demonstrem de forma clara a adequação dos preços por ela apresentados". A partir deste item, é possível concluir que:

1. A apresentação desses "elementos que demonstrem de forma clara a adequação dos preços" apresentados na PROPOSTA COMERCIAL é facultativa, não sendo necessário aos LICITANTES incluí-los no seu ENVELOPE 2 juntamente com a PROPOSTA COMERCIAL, sendo vedado à CEL desclassificar uma PROPOSTA COMERCIAL ou declará-la inexecutável pela sua ausência.

2. Os "elementos que demonstrem de forma clara a adequação dos preços" não devem incluir o Plano de Negócios, haja vista que os itens 10.3 a 10.5 do Edital estabelecem que o Plano de Negócios será apresentado apenas pelo LICITANTE vencedor após os atos de adjudicação e homologação da licitação.

Solicitamos à CEL confirmação relativa aos pontos 1 e 2 acima.

Manifestação da Unidade Gestora: O entendimento exposto nos pontos 1 e 2 estão corretos, sendo necessário, para fins de PROPOSTA COMERCIAL, obrigatoriamente indicar o valor da contraprestação mensal, considerando as ETAPAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, e o valor Global do CONTRATO, nos termos do Edital.

8.16. Estamos entendendo que a regra do item 8.16 do Edital significa que as atestações técnicas dos itens 8.15.1, 8.15.2 e 8.15.3 só podem ser comprovadas por um único hospital, para todas os itens, sendo vedada a apresentação de atestados referentes a hospitais diferentes para atender a cada uma dessas três exigências. Nosso entendimento está correto?

Manifestação da Unidade Gestora: Não, o entendimento não está correto.

O edital exige que cada atestação citada - 8.15.1, 8.15.2 e 8.15.3 - seja obtida em um único estabelecimento hospitalar. em outros termos, é possível que duas ou mesmo as três atestações sejam obtidas no mesmo hospital, mas é possível que cada um dos atestados se refira a uma unidade hospitalar distinta.

8.8 e 8.17. Considerando que o item 8.8 do Edital autoriza a apresentação de atestado técnico de subcontratadas das LICITANTES e que o item 8.17 do Edital permite que os CONSÓRCIOS apresentem atestados técnicos expedidos em nome de pessoas jurídicas coligadas, controladas, controladoras e sociedades de controle comum, estamos entendendo que, na falta de vedação expressa e de justificativas para a diferenciação das situações dos LICITANTES individuais e dos LICITANTES

organizadas em CONSÓRCIO, os LICITANTES individuais também atendem às exigências do Edital se apresentarem atestados técnicos expedidos em nome de pessoas jurídicas coligadas, controladas, controladoras e sociedades de controle comum. Esse entendimento está correto?

Manifestação da Unidade Gestora: Entendemos que a dúvida se refere ao item 8.18 e não 8.8. Em sendo o item 8.18, esclarecemos que o entendimento está correto, desde os atestados sejam de empresas coligadas, controladas, controladoras ou sociedades sob controle comum que não participem da LICITAÇÃO isoladamente, por intermédio de mais de um CONSÓRCIO, ou por qualquer forma que resulte na apresentação de mais de uma proposta por parte das referidas sociedades ou grupo empresarial.

B) MINUTA DE CONTRATO (ANEXO I)

7.3. Segundo a Cláusula 7.3 o capital social da concessionária "deverá ser mantido pela CONCESSIONÁRIA até o recebimento do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, salvo prévia e expressa autorização da SESAU". Já a Cláusula 14.3 determina que o marco para o pagamento da primeira contraprestação ("VCM") será de "30 (trinta) dias, contados do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO". Por fim, a Cláusula 24.2 prevê que a garantia de execução do contrato deverá "ser mantida até a data da emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO do CONTRATO". Estas foram as únicas menções ao TERMO DE RECEBIMENTO, seja em sua versão provisória ou definitiva.

Considerando que a data de emissão dos termos impacta em aspectos relevantes do arranjo financeiro do projeto, solicita-se esclarecimento sobre o que se deve entender como "TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO" e como "TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO", já que tais expressões não constam do Glossário do Edital ou do Contrato.

Manifestação da Unidade Gestora: A expressão "Termo de Recebimento Provisório" refere-se ao ato administrativo de atestar a realização de serviços pelos contratados.

A expressão é consagrada, especialmente em contratos de obras e serviços de engenharia, e a prática do ato gera uma dupla consequência: o contratado afirma e busca comprovar que cumpriu as obrigações pertinentes ao período avaliado, e o Poder Público passa a ter o dever de avaliar o asseverado pelo contratado no tempo e modo definidos pelo contrato.

O denominado "Termo de Recebimento Definitivo", por sua vez, refere-se ao cumprimento definitivo o objeto contratual, incluindo a recepção dos bens reversíveis pelo Poder Concedente.

10.2. b) A Cláusula 10.2. b) da Minuta de Contrato (Anexo 1) estabelece que "O PODER CONCEDENTE, a fim de garantir a eficácia do presente instrumento, obriga-se ainda a (...) fiscalizar a qualidade da execução de eventuais adaptações nos prédios do HEURO, bem como as instalações da infraestrutura de responsabilidade da CONCESSIONÁRIA e do contratado no Contrato Nº 0007/SESAU/PGE/2022, pertinente à edificação e manutenção do HEURO e, se for o caso, solicitar os reparos e acertos estruturais julgados necessários".

Como a Concessionária não é a responsável pela construção do HEURO, estamos entendendo que solicitações de que a Concessionária realize reparos e acertos estruturais no HEURO será acompanhada do devido reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão. Nosso entendimento está correto?

Manifestação da Unidade Gestora: O Poder Público acionará o responsável pela execução do Contrato Nº 0007/SESAU/PGE/2022 para as intervenções previstas na Cláusula 10.2.b.

O reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão poderá ser requerido nas hipóteses previstas na lei e no contrato, tendo por pressuposto o desequilíbrio no sinalagma contratual.

10.2. e) A Cláusula 10.2. e) da Minuta de Contrato (Anexo 1) estabelece que "O PODER CONCEDENTE, a fim de garantir a eficácia do presente instrumento, obriga-se ainda a (...)

responsabilizar-se integralmente pela manutenção dos equipamentos e instalações que sejam de sua exclusiva responsabilidade ou de terceiros por si contratados".

Como a Concessionária não é a responsável pela construção do HEURO, estamos entendendo que não são de sua responsabilidade as adequações

- (i) no prédio em função de falha na execução por parte do contrato Built to Suit com o Consórcio Vigor Turé ou
- (ii) que se façam necessárias para otimizar o fluxo de atendimento do HEURO, devendo os eventos que se enquadram nessas hipóteses serem objeto de reequilíbrio econômico-financeiro.

Nosso entendimento está correto?

Manifestação da Unidade Gestora: Sim, está correto.

14.13. Segundo a cláusula 14.13 do Contrato de Concessão, "o órgão regulador do PODER CONCEDENTE deverá compensar a demanda excepcional nos três meses subsequentes, de modo a normalizar o número de demandas enviadas ao CONCESSIONÁRIO neste período". Nos termos do item R08 da Matriz de Riscos, eventos de desequilíbrio decorrentes da materialização do risco de demanda são de responsabilidade do Poder Concedente.

Entende-se da interpretação conjunta das duas disposições que as oscilações por períodos que ultrapassem a regra disposta na Cláusula 14.13 ensejam a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária. Este entendimento está correto?

Manifestação da Unidade Gestora: O pleito pelo reequilíbrio econômico-financeiro será cabível somente caso as providências dos itens "a" e "b" da cláusula 14.13 não sejam adotadas pelo PODER CONCEDENTE, gerando um desequilíbrio no sinalagma contratual.

14.3.2. A Cláusula 14.3.2 determina que é condição necessária para o pagamento da primeira contraprestação "que o espaço disponibilizado pelo PODER CONCEDENTE no HEURO a partir da primeira ORDEM DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS esteja em condições operacionais de uso". Trata-se da única menção ao termo "ORDEM DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS" em todos os documentos da licitação.

Considerando o contexto, é possível que o termo tenha o mesmo significado de ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS, definido no item 49 da lista de termos definidos do Contrato de Concessão. Esse entendimento está correto? Em caso negativo, esclarecer o que significa ORDEM DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.

Manifestação da Unidade Gestora: O entendimento está correto, devendo ser adotado o mesmo significado de ORDEM DE INÍCIO DOS SERVIÇOS.

15.6. Segundo a Cláusula 15.6, "O FRC tem por finalidade antecipar a recomposição dos prejuízos decorrentes de possíveis choques abruptos de custos, estabelecendo mais agilidade ao reajuste do Valor de Contraprestação Mensal". Sua redação, somada à interpretação dos componentes de sua fórmula, nos conduzem ao entendimento de que o FRC busca adequar o valor da contraprestação às variações ordinárias dos custos da Concessionária.

Entende-se que variações extraordinárias nos custos devem ser interpretadas a partir das regras de alocação de riscos do Contrato de Concessão, sendo eventos caracterizados como de caso fortuito ou força maior que impactam a Concessionária classificados como extraordinários e, portanto, como geradores de reequilíbrio em favor da Concessionária nos termos de sua Cláusula 20.2.2.

Neste sentido, não se pode dizer que eventos de natureza extraordinária são captados e equacionados através do mecanismo FRC. Esses entendimentos estão corretos?

Manifestação da Unidade Gestora: Nos termos da cláusula 15.6, a utilização do mecanismo do FRC será possível mediante acionamento da Mesa de Resolução de Conflitos prevista na Cláusula Quadragésima Primeira do CONTRATO, garantindo-se a retroação dos efeitos da decisão ao mês

em que se originou o extraordinário prejuízo da CONCESSIONÁRIA.

O FRC pretende, em síntese, proporcionar correções necessárias e não ordinárias nos valores pagos como VCM, prevenindo a necessidade de uma ampla revisão contratual, que ensejaria a necessidade de seu reequilíbrio econômico-financeiro.

17.2. A Cláusula 17.2 da Minuta de Contrato (Anexo 1) afirma que "Caberá ao PODER CONCEDENTE contratar o VERIFICADOR INDEPENDENTE e arcar com os custos oriundos da contratação".

Estamos entendendo que a Concessionária não poderá sofrer qualquer penalização ou desconto em sua remuneração em decorrência específica da não contratação ou custeio das atividades do Verificador Independente pelo Poder Concedente, hipótese na qual o VCM deverá ser pago em sua integralidade. Nosso entendimento está correto?

Manifestação da Unidade Gestora: Sim, o entendimento está correto.

19.1, 19.2 e 1.7. A Cláusula 19.1 da Minuta de Contrato (Anexo 1) estabelece que, após 12 meses da Ordem de Início dos Serviços, "o PODER CONCEDENTE efetuará uma análise do comportamento dos Indicadores relacionados à Avaliação de Desempenho para avaliar a efetiva demanda dos serviços prestados, o perfil efetivo dos casos e verificar a pertinência das metas estabelecidas e poderá proceder eventualmente à revisão dos Indicadores e dos respectivos pesos de atividades".

Nessa mesma linha, a Cláusula 19.2 da Minuta de Contrato afirma que "A cada 05 (cinco) anos, considerando a data de primeira revisão, conforme acima, será realizada nova revisão pelo PODER CONCEDENTE, com intuito de reavaliar a CONCESSÃO em relação aos serviços prestados e ao cenário econômico, preservando-se, contudo, a alocação de riscos e as regras para recomposição do equilíbrio econômico-financeiro originalmente estabelecidas neste CONTRATO".

O item 1.7 da Minuta de Contrato (Anexo 1) destaca o impacto dos Indicadores de Desempenho sobre o valor do VCM ao assim definir: "1.7 INDICADORES DE DESEMPENHO: conjunto de parâmetros medidores da qualidade e medidores da quantidade dos serviços prestados pelo CONCESSIONÁRIO, que contribuirão para determinar o valor do VCM, subdivididos em INDICADORES DE INFRAESTRUTURA, INDICADORES DE PRODUÇÃO e INDICADORES DE QUALIDADE".

Considerando tais previsões do Contrato e o disposto no art. 58, § 1º, da Lei 8.666/1993, que expressamente estabelece que "As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado", estamos entendendo que a possibilidade de alteração dos Indicadores de Desempenho, prevista nas Cláusulas 19.1 e 19.2 da Minuta de Contrato (Anexo 1), depende de prévia concordância da Concessionária. Nosso entendimento está correto?

Manifestação da Unidade Gestora: A Lei federal nº 8.666/1993 garante ao Poder Público a possibilidade de alteração unilateral dos contratos administrativos, observados os limites que especifica.

Em caso de alteração do equilíbrio econômico-financeiro em razão da adequação dos indicadores, fica assegurado à CONCESSIONÁRIA requerer o reequilíbrio contratual, observadas as hipóteses previstas na lei e no contrato.

20.19. A Cláusula 20.19 da Minuta do Contrato (Anexo 1) afirma que "O acionamento dos mecanismos de reequilíbrio poderá implicar na aplicação do fluxo de caixa marginal em adição ao PLANO DE NEGÓCIOS, com realimento da otimização da relação risco-retorno e estabelecimento de uma nova matriz de riscos, conforme previsto no ANEXO XIX do EDITAL – MATRIZ DE RISCOS".

Solicitamos esclarecimentos sobre o significado do trecho "realimento da otimização da relação risco-retorno e estabelecimento de uma nova matriz de riscos" e se é correto o entendimento de que a alocação de riscos do contrato, por ser uma matéria que gera impactos sobre as condições econômico-financeiras da concessão, só pode ser alterada por acordo de vontade entre as partes, conforme

estabelece o art. 58, § 1º, da Lei 8.666/1993.

Manifestação da Unidade Gestora: Está correto o entendimento.

20.2.2. A Cláusula 20.2.2 da Minuta de Contrato (Anexo 1) indica que, dentre outras hipóteses, "cabará a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do CONTRATO" em caso de "Ocorrência de caso fortuito ou força maior não seguráveis no Brasil".

Considerando que as Licitantes não conseguem precificar os seguros que estarão disponíveis durante cada ano de vigência da Concessão e procurando evitar assimetria de informações entre as licitantes e eventuais divergências de proposta em razão de fatores que não podem ser estimados pelas Licitantes, estamos entendendo que a avaliação sobre existência de seguros no Brasil para os riscos de caso fortuito e força maior deve ser considerada no momento de apresentação da proposta comercial a partir da existência, ou não, dos referidos seguros, de modo que qualquer necessidade de contratação dos referidos seguros em razão de eventos posteriores a apresentação da proposta deverá ser objeto de reequilíbrio econômico-financeiro em favor da Concessionária.

Essa interpretação é a que parece se sustentar diante do disposto nas Cláusulas 26.1 e 26.12 da Minuta de Contrato. Nosso entendimento está correto?

Manifestação da Unidade Gestora: A Cláusula 20.2.2 tem a função de regular uma situação em que a ocorrência de um fato não segurável no Brasil acarretaria um desequilíbrio contratual.

Nesta hipótese, por força do contrato e da legislação, caberá, em tese, um pleito de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, a ser avaliado de acordo com o caso em concreto.

25.1. Segundo a Cláusula 25.1b, o Poder Concedente promoverá, por intermédio do Contrato de Conta Garantia, a autorização da utilização do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) como garantia dos pagamentos devidos ao contratado.

Considerando que não foram identificadas leis ou decretos regulando essa autorização, solicitase maiores informações sobre quais são os instrumentos jurídicos públicos considerados para a vinculação dos recebíveis oriundos do FPE ao mecanismo garantidor da contraprestação, garantindo maior robustez aos LICITANTES.

Manifestação da Unidade Gestora: O art. 28, inc. I da Lei Complementar Estadual n. 609/2011 admite a vinculação de recursos do Estado para a formulação de garantias em contratos de PPP.

Independentemente desta autorização legal, todavia, é preciso ponderar alguns aspectos específicos: primeiramente, é fato que o futuro contratado não poderá acessar, per se, os valores do FPE - esta condição retira, até mesmo em tese, o caráter de vinculação fidejussória dos valores de tal fundo ao pagamento das contraprestações devidas ao concessionário, afastando a alegação de "vinculação" espousada no questionamento.

Em segundo lugar, parece ser importante observar que a garantia dos pagamentos das contraprestações devidas ao Concessionário é realizada, em verdade, por intermédio da Conta Garantia, na qual estão depositados valores equivalentes a 4 (quatro) VCM.

O Contrato de Conta Garantia prevê, ainda que tal deve conter sempre este montante de recursos.

O que parece ser questionado pelo interessado é o fato de que a instituição financeira pode utilizar valores pertinentes ao FPE aportados junto a contas do Governo do Estado de Rondônia para que tal providência seja cumprida - considerando ser este o questionamento realizado, é preciso ponderar que os pagamentos ordinariamente devidos ao concessionário são realizados por intermédio de recursos que incluem as verbas do FPE, destinadas, entre outras finalidades, à implantação e manutenção dos serviços de saúde.

O mecanismo narrado na Cláusula Vigésima Quinta da minuta de contrato, por sua vez, representa tão somente a regular execução de um contrato firmado entre a instituição financeira e o Governo do Estado de Rondônia, que tem este objeto específico: a atuação preordenada de tal instituição

para fins de manutenção de determinados valores em uma conta bancária do Governo do Estado sob sua custódia - uma autorização de despesa ordinária, ainda que eventual, somente ocorrida nas hipóteses previstas no contrato de concessão e no contrato de conta garantia.

C) MINUTA DE CONTRATO DE CONTA GARANTIA (ANEXO III)

4.4. Segundo a cláusula 4.4 do Contrato de Conta Garantia, o "PODER CONCEDENTE encaminhará à INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, 05 (cinco) dias úteis antes do respectivo vencimento, notificação informando o VALOR DA CONTRAPRESTAÇÃO MENSAL EFETIVA" que servirá de parâmetro para eventual transferência de recursos da Instituição Financeira à Concessionária. Por sua vez, a cláusula 6.3 determina que a execução da garantia ocorrerá até 48 (quarenta e oito) horas da data de vencimento da contraprestação. Entende-se que se o Poder Concedente não informar o VCM nos termos da cláusula 4.4 e/ou se não houver seu pagamento dentro do prazo da cláusula 6.3, a Concessionária poderá notificar a Instituição Financeira do seu valor, que deverá proceder com a transferência da contraprestação. Esse entendimento está correto?

Manifestação da Unidade Gestora: Sim, está correto.

7.7.1. Segundo a Cláusula 7.7.1 do Contrato de Conta-Garantia, caso ocorra ausência ou suspensão do repasse do FPE, o Poder Concedente deverá providenciar outra fonte em substituição, que deverá recompor o saldo mínimo dentro dos prazos estabelecidos no instrumento. Solicita-se que seja esclarecido qual(is) é(são) a(s) potencial(is) fonte(s) a substituir o FPE.

Solicita-se maiores informações sobre a forma como ocorrerá tal substituição, incluindo, mas sem se limitar, a informações como o prazo e as condições do repasse do Poder Concedente.

Manifestação da Unidade Gestora: Nos termos do art. 160 da CF, a suspensão do repasse dos valores referentes ao FPE é absolutamente extraordinária, representando verdadeira ameaça ao pacto federativo, cláusula pétrea constitucional.

Na improvável hipótese de ausência e suspensão dos repasses dos valores de tal fundo, caberá ao Estado providenciar outra fonte de recursos para a execução do contrato de Conta Garantia, sendo lícito ao Concessionário demandar esta providência mesmo antes de que, cessado o pagamento ordinário dos VCM, sejam exauridos os recursos da Conta Garantia.

11.1. O Contrato de Conta-Garantia vincula as obrigações de movimentação da conta-garantia à vigência do Contrato de Concessão, como se pode notar pelas cláusulas 4.5.1, 7.3 e 11.1.

Entende-se, assim, que o mecanismo da Conta Garantia vai cobrir todas as obrigações do Poder Concedente que decorrem do Contrato de Concessão. Esse entendimento está correto?

Manifestação da Unidade Gestora: A Conta Garantia somente será acionada na hipótese de não pagamento dos VCM pelo Poder Concedente no tempo e modo contratualmente avençados.

D) CADERNO DE INDICADORES DE DESEMPENHO (ANEXO XVIII)

3.1.2. As metas constantes no item 3.1.2 do caderno de Indicadores de Desempenho (Anexo XVIII), que compõem o Grupo de Indicadores de Produção (IP), são determinadas com base em números prédefinidos de atendimento por período. Por exemplo, o indicador de Atendimento de Pronto Socorro prevê um número de atendimento trimestral de 5.400 atendimentos por trimestre, a partir do 3º Trimestre.

Situações similares ocorrem em relação a outros indicadores, incluindo: Cirurgias

Ambulatoriais/Hemodinâmica, Atendimento Médico Ambulatorial, Atendimento Não Médico Ambulatorial, SADT Externo e Serviço de Atendimento Domiciliar. Em relação aos indicadores de internações clínicas e pediátricas e internações cirúrgicas (os indicadores de maior peso), um dos componentes de ambos é a taxa de ocupação proposta de 85% da capacidade.

Ocorre que a Concessionária não tem controle sobre o número de atendimentos e nem sobre a ocupação de leitos, haja vista que o HEURO será um hospital funcionando a "portas fechadas", cuja demanda será encaminhada pela regulação do Estado. Dessa forma, o Poder Concedente é quem controla a demanda do HEURO, respeitando a capacidade operacional do hospital, e a Concessionária acabará sendo prejudicada caso o número de pacientes e atendimentos encaminhados seja inferior aos parâmetros previstos nos indicadores de desempenho.

Por esse motivo, entende-se que não haverá desconto sobre o grupo dos indicadores de desempenho de produção (IP) quando os valores de referência de cada indicador não forem atingidos por falta de encaminhamento de demanda por parte do sistema público de saúde, havendo desconto apenas na hipótese caso o não atingimento do indicador ocorra por motivos imputáveis à Concessionária. Esse entendimento está correto?

Manifestação da Unidade Gestora: Sim, o entendimento está correto. O compromisso da Concessionária é pela disponibilização da infraestrutura e recursos humanos para a perfeita operação da unidade hospitalar.

Porém, em caso de recusa de pacientes pela concessionária e não alcance da meta, o poder concedente deverá analisar os demais indicadores assistenciais. Por exemplo, se o Tempo Médio de Permanência estiver acima do esperado, pode ocorrer aumento da ocupação hospitalar, de responsabilidade da Concessionária, uma vez que o giro de leitos permaneceria abaixo dos parâmetros estabelecidos. Em tal circunstância, a concessionária pode ser penalizada. Da mesma forma, se as condições de operação do hospital estiverem prejudicadas por deficiência de infraestrutura ou recursos humanos, caracteriza falha do privado, sujeito a penalizações.

Se o desempenho da concessionária estiver dentro dos parâmetros esperados, isto é, Tempo Médio de Permanência e Índice de Giro, e, ainda assim, houver baixa utilização do hospital porque a regulação estadual não fez os encaminhamentos de casos, não deverá ocorrer a penalização da concessionária porque a queda da produção não se dá, neste caso, por razões imputáveis ao contratado.

3.1.3.2. O indicador Monitoramento de Desempenho (IQ.2-MDE) busca avaliar cumprimento de metas relacionadas à taxa de mortalidade, nos termos do item 3.1.3.2 do caderno de Indicadores de Desempenho.

Ocorre que tais metas não levam em consideração o perfil nem a gravidade dos pacientes que serão direcionados pelo sistema de saúde pública ao HEURO, sendo plausível que o envio de uma quantidade muito elevada de pacientes com estado de saúde comprometido ou em elevado risco de vida torne inviável o atingimento das melhores metas do indicador.

Neste caso, a Concessionária não terá controle sobre o estado de saúde dos pacientes que chegam ao hospital, e poderá acabar sofrendo desconto indevido na remuneração, hipótese na qual torna-se prejudicada a mensuração efetiva da qualidade dos serviços prestados pela Concessionária.

Por esse motivo, sugerimos a realização de ajustes no indicador de desempenho IQ.2-MDE - Monitoramento de Desempenho, para que as metas de taxa de mortalidade sejam ponderadas em função do perfil e gravidade dos pacientes que estão sendo direcionados ao hospital.

Manifestação da Unidade Gestora: Sugestão não acatada.

Referente ao item 3.1.3.2, não há motivo para imaginar que os pacientes em Rondônia sejam mais graves que a média dos outros hospitais.

E) MATRIZ DE RISCOS (ANEXO XIX)

R21. O item R21 do Anexo XIX - Matriz de Riscos aloca à Concessionária o risco de "não atingimento dos índices de desempenho ou qualidade na prestação dos serviços".

Por sua vez, o item R08 do documento aloca ao Poder Concedente o risco com a variação da demanda do HEURO, considerando que a demanda decorre de encaminhamentos feitos pela Administração Pública.

Entende-se que a hipótese de não atingimento dos indicadores de desempenho em função de incompatibilidade na demanda encaminhada pelo Poder Concedente deve ser enquadrada no risco de variação da demanda (R08) e não ao risco relativo ao mecanismo de indicadores de desempenho (R21). Esse entendimento está correto?

Manifestação da Unidade Gestora: Sim, está correto.

R37. A modelagem econômico-financeira do Contrato de Concessão não considerou o impacto do piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira estabelecido pela Lei Federal 14.434/2022, o que pode ser verificado nas informações que subsidiaram a formação do Valor Máximo da Contraprestação, tendo sido utilizados como referência hospitais em que não se tinha a aplicação do piso salarial conforme se observa na Tabela 5.1 – HOSPITAIS INTEGRANTES DA AMOSTRA, POR ANO, PORTE E ORÇAMENTO, constante na página 15 do RELATÓRIO DE PROJEÇÃO DE OPEX.

Atualmente, a validade e exigibilidade da Lei Federal 14.434/2022 está suspensa por Medida Cautelar concedida pelo STF na ADI 7222, sendo certo que eventual entrada em vigor deste novo piso salarial nacional acarretará impacto econômico-financeiro significativo na previsão de OPEX em comparação àquela considerada na modelagem do Contrato de Concessão, que estabeleceu o valor de VCM máximo de R\$ 28.595.846,08.

Assim, estamos entendendo que eventual início da vigência do piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira após a publicação do Edital - seja por decisão do STF relativa à Lei 14.434/2022, seja por edição de nova Lei dispondo sobre o tema - ensejará o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão em favor da Concessionária, com base no art. 9º, §3º, da Lei Federal 8.987/1995, e no item R32 do Anexo XIX ao Edital. Nosso entendimento está correto?

Manifestação da Unidade Gestora: O dever de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro é garantido pelo instrumento contratual e pela legislação em vigor.

Eventuais pleitos de reequilíbrios serão analisados no caso concreto, garantindo o direito de manifestação e exposição das razões do contratado.

R39. O item R39 da Matriz de Riscos aloca à parte privada (Concessionária) os riscos relacionados ao planejamento tributário, inclusive expressando que o recolhimento correto dos tributos legalmente exigíveis é ""obrigação contratual de gestão dos negócios da SPE".

Assim, estamos entendendo que a Concessionária é responsável pela gestão e planejamento tributário, podendo escolher a forma, o regime e a modalidade de cálculo e pagamento dos tributos devidos pelas atividades da Concessão, dentre as opções permitidas pela legislação. Nosso entendimento está correto?

Manifestação da Unidade Gestora: Sim, está correto.

II - CONCLUSÃO

Ante o exposto, respondidos os questionamentos apresentados, dê-se ciência aos interessados, após divulgue-se esta resposta junto ao site www.supel.ro.gov.br, bem como se procedam às demais formalidades de publicidade determinadas em lei.

Atenciosamente.

BRUNA GONÇALVES APOLINÁRIO
PRESIDENTE - CELHEURO/SUPEL/RO



Documento assinado eletronicamente por **Bruna Gonçalves Apolinário, Presidente**, em 19/05/2023, às 11:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0038227788** e o código CRC **E73772EB**.

Referência: Caso responda este(a) Resposta, indicar expressamente o Processo nº 0043.000876/2023-54

SEI nº 0038227788